

35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
Caxambu, MG, de 24 a 28/10/2011

**GT 07 - Dimensões do urbano: tempos e escalas em
composição**

Título do Trabalho

**O urbano plural e multiétnico: trabalho, formas de
sociabilidade e diferença em espaços de fronteira política
na Amazônia**

Edna Maria Ramos de Castro
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA
(edna.mrcastro@gmail.com)

O urbano plural e multiétnico: trabalho, formas de sociabilidade e diferença em espaços de fronteira política na Amazônia

Edna Maria Ramos de Castro (NAEA/UFPA)¹
edna.mrcastro@gmail.com

Introdução

Encontramos aglomerações urbanas de origem e formações históricas distintas na Amazônia e, por isso, é necessário, a nosso ver, entender a constituição dessas cidades, o papel que elas desempenharam no povoamento dessa imensa região, e a cultura que se expressa nas práticas cotidianas de seus habitantes. Embora pequenas, na sua maioria, as cidades sempre desempenharam um papel importante na articulação de redes de trocas, monetárias e não monetárias, econômicas e sociais, que estruturaram as relações e se espalhavam pelo *hinterland*. Sem elas, não seria possível o fantástico fenômeno de ocupação humana pelos rios e vales tão distantes que conformam as bacias da região amazônica com seus 25.000 km somente de rios navegáveis. Mas, apesar do inegável aumento dos estudos urbanos e regionais, os resultados são ainda insuficientes para dar conta do que representa o urbano nessa região. Em todo caso, a experiência multiétnica caracteriza ainda as cidades amazônicas, comparativamente a outras regiões do Brasil.

São ainda insuficientes os resultados de pesquisa sobre o urbano na Amazônia do ponto de vista de entender sua complexidade, e a experiência singular de grupos, de etnias, de culturas. Os estudos clássicos ressaltam a importância da economia extrativa da borracha no povoamento, no fortalecimento de redes de cidades e no processo de urbanização, como um primeiro momento de urbanização. A fronteira aberta nos anos 1970 e seguintes do século XX permitiu construir um segundo modelo de povoamento e urbanização centrado nos fluxos econômicos – públicos e privados – e migratórios nessa região. No entanto, encontramos lacunas na formulação de balanços teóricos mais abrangentes que busquem entender as regularidades, as continuidades, e, sobretudo as narrativas de suas populações sobre o que é a vida nas cidades, do ponto de vista de processos sociais.

¹ Socióloga, Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études em Sciences Sociales – Paris, França. Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA.

As análises mais convencionais sempre associaram as grandes cidades a demandas urbanas por bens, serviços e empregos ou examinaram o fenômeno da urbanização com base na dinâmica demográfica. Embora não numerosos, encontram-se estudos sobre o universo do simbólico, espaço vivido na experiência cotidiana, mais pontuais, com fragmentos relevantes para se entender outras dimensões da vida urbana, contribuições sobretudo vindas da antropologia e da sociologia.

Neste artigo exploramos o processo de urbanização e o avanço da fronteira agropecuária, clássica nos estudos sobre a Amazônia, mas a entendendo na atualidade como um fenômeno mais geral que atravessa os limites políticos com os países vizinhos. A perspectiva é de entender esse espaço como interligado, com similitudes que tem a ver com a dimensão simbólica e cultural, com diferentes escalas temporais e espaciais e, por isso, necessário entender como essas dinâmicas se refletem na vida social e no crescimento urbano. A perspectiva adotada procurou focalizar a compreensão da realidade urbana, incorporando a análise os sujeitos sociais que fazem a cidade, que lutam em posições de classe diferentes no seu cotidiano e que são os artífices da apropriação e da produção do espaço, da construção de direitos à cidade e da possibilidade de construir diferentes tipos de cidades segundo os valores e as singularidades dos indivíduos e grupos sociais que a compõem. Enfim, da ação dos sujeitos em transformá-la, com seu capital social e étnico se configura como um paradigma da interpretação do fenômeno urbano, nesse contexto regional.

Finalmente, o enfoque histórico enquanto narrativa sobre as diferenças, rupturas e continuidades que se dão no tempo, impõe-se como fundamental na interpretação da cidade que procure dar conta das subjetividades, das racionalidades e dos sentidos da ação. Este enfoque aplicado à pesquisa realizada com apoio do CNPq. - Projeto Universal na Área de Ciências Humanas e Educação - sobre cidades de fronteiras políticas entre Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru e Guiana (Francesa), procurou ultrapassar esquemas clássicos, que lêem a realidade urbana da Amazônia com base nas categorias mais gerais formuladas na reflexão teórica das ciências sociais. Ultrapassar no sentido de trazer à visibilidade dimensões pouco estudadas, no cotidiano das relações de trabalho, da sociabilidade e da resistência étnica de culturas e modos de vida, particularidades encontradas nessas cidades de forte presença étnica. Permanece importante continuar porém o esforço de compreender as lógicas que

estruturam as regularidades, com particular atenção à economia formal/informal que articula as relações campo-cidades.

A empiria da pesquisa para efeitos deste paper se curva sobre três áreas fronteiriças com cidades pequenas, mas que revelam um novo dinamismo nas duas últimas décadas. São duas cidades na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, Oiapoque e Saint-George; duas na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, Tabatinga e Leticia; e uma no extremo norte, em Roraima, fronteira entre o Brasil e a Venezuela (Santa Elena) (RODRIGUES, 2006 ; PINTO, 2008). Este artigo traz uma análise sobre as duas primeiras áreas de estudo, mas procura mostrar algumas regularidades incluindo observações também sobre a terceira. Algumas dessas áreas são marcadas por novos conflitos, sendo relevantes os processos de produção com base na exploração econômica de recursos naturais sob formas tradicionais de trabalho, e comércio fronteiriço tende a aumentar seus fluxos religando essas áreas com as cidades grandes e médias nos diferentes países, em várias dimensões da troca.

Analisa-se ainda, como elementos de distinção do urbano transnacional dimensões simbólicas e culturais de cidades localizadas em fronteiras políticas, considerando diferentes escalas temporais e espaciais, pois essas dinâmicas se refletem na vida social, no cotidiano. A perspectiva adotada procurou focalizar a compreensão da realidade urbana, incorporando as narrativas de sujeitos sociais que fazem a cidade, que lutam em posições de classe diferentes no seu cotidiano pela apropriação e produção do espaço. Igualmente considerou-se relevante o enfoque histórico das narrativas sobre as diferenças, as rupturas e continuidades que se dão no tempo, procurando dar conta das subjetividades, das racionalidades e, também, do sentido das ações, e de sua eficácia simbólica. A pesquisa foi realizada com apoio do CNPq. - Projeto Universal na Área de Ciências Humanas e Educação - sobre cidades de fronteiras políticas entre Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru e Guiana (Francesa).

Este trabalho contou com o apoio do CNPq . O interesse na pesquisa surgiu pelo reconhecimento de que essas áreas se tornaram, nas duas últimas décadas, ainda mais estratégicas para os estados nacionais, em função dos interesses do mercado global voltados aos recursos naturais e à terra, ali disponíveis. Isso é evidente pela presença de novos fluxos econômicos e pela alteração dos discursos e das políticas estatais. A perspectiva das políticas é de integração definitiva dessas áreas aos mercados nacionais e a constituição de corredores transfronteiriços de transporte de mercadorias. Neste contexto, foi considerado essencial na pesquisa entender a cidade a partir de alguns eixos: 1 – mudanças nos discursos e nas ações do Estado através de suas políticas

voltadas às fronteiras; 2 – lógicas estruturantes da vida social, dos agentes sociais presentes e das territorialidades em jogo. 3 – diversidade étnica como dimensão particular e formação histórico-cultural dessas cidades; 4 – mudanças na estrutura produtivas, nas redes de comercialização e nos processos de trabalho. No entanto, este artigo trata de um recorte da pesquisa, mais especificamente uma análise transversal, e geral, sobre algumas cidades, no campo de uma sociologia urbana comparativa, que examina relações sociais e políticas, hierarquias processos de estigmatização e diferenciação (SIMMEL, 1985) .

1 - Cidades na Amazônia: expansão espacial e configuração histórica

A ocupação da Amazônia pela colonização portuguesa foi movida por interesses políticos de fincar pontos avançados, com fortificações ou missões religiosas, em lugares estrategicamente relevantes, distantes, para demarcar a presença portuguesa nessa imensa região do Norte. Esse processo foi presidido pelos interesses econômicos e o desejo de conquista. Isso pode ser visto nas ações do Estado colonial e em sua legislação, como também nos padrões de produção e na exploração da mão de obra praticada pelas missões religiosas espalhadas no território do Grão-Pará e Maranhão, em sítios estratégicos localizados na interseção entre os cursos d'água e a floresta (BAENA, 2004; CARDOZO, 2008). Esse misto de poder de conquista de um território e de organização dos interesses econômicos está presente na formação do modelo de povoamento desde o momento inaugural da colonização portuguesa na Amazônia, e perduraria depois de assentados os primeiros núcleos urbanos. As cidades coloniais na Amazônia têm motivações militares, religiosas e econômicas. O seu surgimento segue o avanço da organização do sistema extrativista, do transporte de mercadorias e do processo de catequese e dominação de indígenas para o trabalho servil, num primeiro momento, e depois, também, com o trabalho escravo de africanos, que aumentaria com a política pombalina no início da segunda metade do século XVIII (SALLES, 1997; ACEVEDO; CASTRO, 2003), pelo incentivo ao tráfico negroiro.

Com a ascensão da economia da borracha, a malha de produção e troca de mercadorias se estendeu por um território maior, abrindo novas áreas de povoamento. A rede de povoados e pequenas cidades, que organizava a produção e a circulação de mercados pré-existentes, foi a base na produção inicial da borracha, pois, mesmo naqueles espaços mais longínquos, em altos rios, com ocorrência da *hevea*, a produção foi organizada. E nas *bocas* de igarapés e de rios, como uma paisagem amazônica recorrente, localizavam-se pontos de comércio com a função de canalizar a produção agroextrativa trazida das terras interiores, e drená-la para os portos de cidades maiores. Esta foi a base da extensa rede de *aviamento*

que se fortaleceria no período da borracha. O limite e a escala eram dados pela disponibilidade de mão de obra. A função econômica de circulação e gestão da produção, a partir da cidade, é chave no entendimento sobre a formação de uma dada rede de relações sociais e econômicas com certa dimensão informal, mas articuladas a partir das cidades. Talvez não se aplique a noção de *rede urbana*, que se pauta em regulações, hierarquia e fluxos, mas, justamente por isso, o papel dessas redes informais na Amazônia deveria ser mais estudado. Nesse sentido, consideramos importante entender as lógicas que presidiam a organização do território em espaços urbanos e rurais de produção nesse período. O *boom* da borracha, que se deve ao interesse do mercado exterior, fez aparecerem vilas e povoados que posteriormente deram origem a cidades, e fortalecendo algumas delas de forma mais expressiva, como Belém e Manaus e inúmeras cidades localizadas na calha norte do Amazonas (CASTRO,2009).

Praticamente todas as cidades eram portuárias. Mas, somente as cidades que eram portos de exportação para o exterior, como Belém e Manaus, tiveram crescimento mais expressivo. Manaus devido a estrutura e posição privilegiada para o escoamento da produção dos altos rios do Médio Amazonas e afluentes, e Belém pela proximidade com o mercado nacional e internacional e pela estrutura de comércio vinculada a cidades da costa do Atlântico. Os seringais eram o lugar de produção, e a cidade, de comércio. A borracha representou um momento importante na urbanização na Amazônia.

No Brasil, a expansão urbana se deu lentamente na medida em que as bases da economia colonial foram assentadas, definindo a relação campo/cidade e a apropriação da terra em grandes latifúndios. O modelo de povoamento ancora-se nos ciclos econômicos e na lógica do trabalho escravo nas fazendas, no interior. Por intermédio das cidades, também se realiza o escoamento da produção e os processos de importação e exportação. Esse padrão caracterizará a relação campo/cidade no país.

As cidades localizavam-se predominantemente na costa, e tinham a função de organizar o mercado, os fluxos de comércio e exportação, o controle do trabalho e da mão de obra escrava, sendo postos avançados da produção do interior. Os dados demográficos mostram que até os anos 1940, o Brasil tem a grande maioria de sua população no campo e somente no Censo de 1960 observa-se uma transformação extraordinária no movimento demográfico, com fluxos migratórios do campo para as cidades e a definição do efetivo processo de urbanização. A referência aqui não é somente ao crescimento demográfico, mas à intensa transformação em curso nos modos de vida, nas formas de trabalho, com a consolidação de um mercado de trabalho e na organização da produção. Afirma-se aí a

tendência a outro modelo de crescimento das cidades, que não parece integrar a diversidade social e étnica aí existente, que não recebe os benefícios oriundos da exploração intensiva de seu patrimônio cultural e natural, difundindo um modelo consagrado pelo próprio poder público.

Os interesses de mercado sempre orientaram a constituição dos espaços urbanos na Amazônia, a exemplo da Belém da *belle époque*, em pleno boom da borracha, nos seus monumentos, que não são senão traços da relação da cidade com um ideário urbano ocidental, emergente em um momento em que a cidade europeia e sua urbanização romantizada se tornam uma expressão maior da modernidade. Mas esse contexto é, não se pode esquecer, de uma economia que alimenta e tece laços com o mercado europeu, mesmo em continentes tão distantes. Das drogas do sertão ao pescado, às banhas, à madeira, à borracha, ao minério e a outros produtos, a economia dos recursos do território esteve sempre presente nas estratégias de desenvolvimento das cidades e no povoamento da Amazônia. Cada cidade, por menor que tenha sido no passado, foi certamente um posto avançado de apoio para escoar a produção de mercadorias.

São cidades que servem como pontos de irradiação das relações mercantis e de expansão dos processos de modernização. Contrariamente à polarização antes existente nas cidades grandes como Belém, Manaus e São Luis, na atualidade contam-se muitas cidades médias e centenas de pequenas que compõem uma rede urbana que integra um território para além das fronteiras brasileiras. As capitais de outros estados, como Rio Branco, Boa Vista, Macapá e Porto Velho, com perfil de cidades que seriam médias, pelo tamanho da população, mas ocupando funções mais complexas, que ligam internamente a região pela via das cidades de menor porte. São referência no mercado formal e informal de trabalho, e de trocas de bens materiais e simbólicos, alimentando as relações de sociabilidade e socioculturais entre aglomerações menores e os centros mais importantes da região.

No entanto, o interesse pelo urbano, que se tornou emblemático nas últimas décadas, foi o da fronteira – o urbano do planejamento estatal, com suas agrovilas que se tornaram cidades ou dos acampamentos de estradas de rodagem e de ferro, de grandes projetos, de garimpo e de mineração, que viraram povoados e depois sedes municipais, mesmo aquelas cidades já existentes em áreas de fronteira e incorporadas como pontos estratégicos nos planos governamentais, como Santarém, Altamira e Marabá. Essa é a fronteira na Amazônia, diversa, múltipla, misturando o seu passado com as tradições rurais de migrantes que chegaram de várias regiões do País., Um movimento que segue a tendência nacional do sonho da cidade, produzindo a fronteira com o urbano, apesar de trazerem todos os

problemas que caracterizam as cidades brasileiras: contradições sociais, desigualdade, violência, pobreza e precariedade nas formas de trabalho e no salário.

2 – Regional, universal e redefinição de fronteiras políticas

A cidade é o espaço mais visível e concentrado das diferenças, da singularidade e das contradições sociais. Essa percepção das contradições sociais ilumina certamente o entendimento das relações mais amplas entre sociedade e mercado, na perspectiva macro e interescalar, mas exige um esforço teórico de tradução, no sentido da construção de mediações teóricas aplicáveis à análise de cidades integradas ao mercado e às relações de trabalho assalariadas. A dificuldade é incorporar à análise as condições da informalidade econômica (legal, ilegal) e social e a composição étnico-social grande impacto na cultura das cidades amazônicas. Essa realidade multiétnica e multilinguística, é ainda pouco reconhecida na sociedade, mas também no campo da pesquisa e da ação política. Daí a necessidade de se entender o que são essas cidades, mas com uma perspectiva teórica que abra a possibilidade de entendimento desse universo incomum à teorias convencionais sobre o urbano e a urbanização, para se poder captar a natureza de suas redes e as territorialidades em jogo na sua relação com o território de floresta tropical.

Perguntamos na pesquisa que dimensões são relevantes nesse processo com forte intervenção do Estado nos últimos quarenta anos na Amazônia, e que serviram também para redefinir o urbano? O que significou para a recriação do social, de relações inter-gerações e inter-migrantes? Destacamos na análise cinco dimensões dessas mudanças: 1 – cultural e étnica; 2 – relativas à políticas de povoamento na fronteira; 3 – na ótica econômica com o aparecimento de novo padrão e de novas formas de trabalho; 4 - concentração da terra e processos de capitalização fundiária; 5 - aumento do mercado de trabalho assalariado e de novas formas autônomas de trabalho;

A análise sobre os atores econômicos e sociais ajuda a entender as lógicas que estruturam a formação dessas cidades e de suas diferenciações, construindo tipologias que reproduzem as diferentes formas de ocupação do território. Regularidades são percebidas nessa diferença em relação ao tempo, como nas cidades históricas – administração colonial, antigas missões religiosas, cidades decorrentes de fortificações, de aldeias– ou com aquelas que foram surgindo em outros períodos, em função de atividades econômicas importantes que foram se sucedendo como os engenhos de cana-de-açúcar, a borracha, o garimpo, a exploração de madeira e povoados decorrentes das práticas agro-extrativas

Ainda que de pequeno porte, as cidades sempre ocuparam uma posição importante pela infraestrutura, serviços e lugar de circulação de trocas materiais e simbólicas, onde se realizavam as festas religiosas, as comemorações cívicas, as manifestações políticas que movimentavam todo o *interland*. Talvez sua importância relativa estivesse em ser um entreposto de serviços e bens na rede de comércio com a capital

O desafio de refletir sobre a diversidade de formas de ocupação urbana na Amazônia é extremamente interessante, pois remete a uma reflexão sobre a formação histórica dessa região e os impactos das políticas governamentais na redefinição e na reestruturação do espaço regional, tendo sido, em diferentes programas, a alocação de núcleos urbanos um ponto sempre presente na estratégia geopolítica e no planejamento estatal nas décadas recentes. Certamente padrões novos de consolidação da rede urbana emergem dos processos de reestruturação regional, levando em conta a localização dessas cidades em um contexto de floresta. O debate porém se amplia questionando que padrões podem ser considerados em um processo altamente dinâmico de reorganização do território em que os programas de colonização e a construção de grandes projetos e, sobretudo, a abertura de estradas, hidrovias e ferrovias apenas constituíram uma parte, importante sem dúvida, de um processo de modernização que subjaz ainda nos planos governamentais e no projeto político de integração da Amazônia ao resto do território nacional e ao mercado internacional.

As fronteiras políticas foram sendo redefinidas nas relações referidas a um espaço regional/nacional e também com a formação dos estados nacionais. Mas a grande fronteira que acompanha toda a Amazônia esteve marcada de interesses internacionais muito fortes desde os tempos coloniais e, podemos dizer que foi longo e conflituoso o processo de definição de seus limites, de suas linhas fronteiriças, inclusive do urbano. Na contribuição que esperamos trazer ao debate, também destacamos narrativas sobre saberes de grupos com origens sociais diversos, com os quais eles se integram a vida urbana, parte de sua singularidade.

Trabalhamos com a idéia de que a singularidade está expressa justamente na diversidade de formas sociais, econômicas e étnicas que se manifestam nas relações entre o rural e o urbano na Amazônia. E resultam na permanência de relações e formas tradicionais de vida, ainda que tensionadas com a crescente integração à economia de mercado. Efetivamente, observa-se que as cidades na Amazônia estão integradas aos circuitos mais avançados da economia, participando de regimes globais de regulação em inúmeros segmentos da

produção capitalista de riquezas. A organização da produção e os fluxos de exportação são demonstrativos.

O mundo do trabalho é um lugar privilegiado para se observar e entender essa integração entre circuitos da economia na esfera regional, e a articulação de processos de produção mercantis e não mercantis (CASTRO,1999); ou seja, entre formas de trabalho tradicional e trabalho urbano “moderno” e assalariado, produzidas em diferentes contextos e níveis de complexidade. Longe da dicotomia pela qual as ciências sociais interpretaram por muito tempo trabalho rural x trabalho urbano, observam-se nas cidades da Amazônia, sobretudo aquelas localizadas as margens de rios, lagos e igarapés, em lugar de rupturas com o mundo rural, a permanência de modos de vida e formas de trabalho tradicional que se integram a circuitos mercantis. Certamente, tem a ver com as práticas sociais e de trabalho que se moldaram pelo uso dos recursos naturais e da biodiversidade.

Foot Hardman, no livro *O Trem Fantasma*, especula sobre a modernidade e a ela se refere no exame emblemático da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, dizendo que ela “era o espetáculo privilegiado da civilização capitalista na selva” (HARDMAN, 1988, p. 15). De certa forma, uma materialização da noção de universalidade da Amazônia, no sentido de concretizar interesses muito precisos sobre suas riquezas e formas sofisticadas de sua exploração. O inusitado era que se tratava de terras longínquas, só alcançáveis pelos caminhos de rios, mas para onde convergiram trabalhadores de dezenas de nacionalidades empurrados pelo imaginário marcados de sonhos da modernidade. O mesmo autor se surpreende com “a intensidade e rapidez com que a Madeira-Mamoré virou lenda, como que seus vagões e locomotivas passaram ao imaginário como fantasmas” (HARDMAN, op. cit, p.15), enfim, como aparições perdidas no emaranhado da mata.

As análises do fenômeno urbano pela sociologia estiveram associadas a temas gerais como desenvolvimento, mudanças sociais, crescimento demográfico e modernização da sociedade capitalista. Em todo caso, estão em jogo novas lógicas sociais decorrentes de mudanças no modo de produção e nos padrões de vida, que foram se espalhando com certa regularidade no mundo ocidental, ao longo dos últimos séculos. Simmel (1974) procurou entender, de um lado, a influência da cultura no fenômeno urbano e, de outro, os conflitos que emergem no âmbito do indivíduo, pelos constrangimentos e desafios da vida nas cidades, sobretudo nas metrópoles, refletindo sobre as tensões na relação indivíduo e sociedade.

Como um pensador que buscou captar os fatores estruturais do mundo contemporâneo, Simmel (1974) interpretou o lugar da cidade no contexto da modernidade, enquanto realidade histórica de seu tempo. A cidade é uma expressão dessa modernidade e um fenômeno estruturante das relações sociais. Para ele, como para Polanyi (1983), é essencial entender as relações sociais recíprocas. Simmel (1974) as nomeia como formas societais

que permitem captar especificidades, não possível com a utilização da categoria sociedade, de natureza mais ampla. Ou ainda com a aplicação de conceitos como de *habitus* e campo (BOURDIEU, 1994) para entender os processos estruturantes (subjetividade x objetividade) nas cidades.

A cidade é, na sua essência, o lugar de contabilidade do capital, “produto da economia monetária por excelência” (SOUZA; OELZE, 2005) e de tensões entre modos de vida diferentes, que para ali convergem e se encontram. As cidades amazônicas expressam essa tensão, e a vida, para uma parte de sua população, transcorre com forte presença de relações não monetarizadas, que se espalham no entorno das cidades, por povoados, aldeias e sítios. As relações sociais são ainda, em boa parte, estruturadas pela cultura, pelas trocas entre grupos de vizinhança e pela sua história e composição étnica.

Encontramos redes sociais alicerçadas em vínculos que têm base nas relações familiares e de vizinhança, podendo ter um caráter fortemente étnico. As relações nas cidades abrangem, assim, um contexto espacial muito maior. O adensamento demográfico não é, necessariamente, contido em um dado espaço, mas espalhado em pequenos povoados que conformam a centralidade de um deles, em geral a sede do município. Essas cidades têm um modo de vida característico a essa estrutura social e espacial, com um padrão de regularidades percebidas nas práticas sociais, econômicas e políticas.

Se abandonarmos por um momento os limites da fronteira política entre países, não pensando apenas na Amazônia brasileira, mas na abrangência espacial da Pan-Amazônia, podemos imaginar a magnitude da extensão desses processos culturais e modos de vida em processo de mudança. Certamente estamos diante de um mundo que se transforma e que perde tradições, embora o processo de (re)construção de singularidade seja permanente.

O modelo de ocupação da Amazônia, desde tempos pré-colombianos, foi o de adensamentos populacionais. A arqueologia tem mostrado os rastros que ficaram de aldeias bastante povoadas dizimadas pela colonização portuguesa. Esta por sua vez contou com a estratégia de fincar as bases de povoados e de cidades com funções especificamente políticas de assegurar posse do território. Mas o padrão de ocupação, em função da história da presença humana na região, foi o de dispersão no território. Cabe perguntar se esta dispersão estava efetivamente presente antes da colonização portuguesa ou se ela decorre do fato dos grupos indígenas buscarem áreas mais internas como estratégia de defesa a dominação colonial? Hoje há um movimento duplo, tanto de interiorização com o movimento de pessoas em direção a novas áreas, como também se observa a tendência a adensamento de pessoas e atividades em áreas urbanas. Crescem as cidades existentes e surgem novas cidades. Alguns fatores nos ajudam a compreender, entre eles, o aumento da

disputa pela terra e seus recursos, o avanço do mercado de terras sobre antigas áreas rurais, o interesse de novos agentes econômicos e o aumento (relativo) do mercado de trabalho, deixando a população com menos disponibilidade de terras para o trabalho no campo. No entanto, o movimento tendencialmente mais forte é o de migração do campo para a cidade, como já nos confirmavam os dados censitários de 2000. A Amazônia segue a tendência a urbanização verificada nas outras sociedades, ou outras regiões do Brasil.

Os estudos sobre o mundo do trabalho tiveram a atenção voltada, sobretudo à compreensão das mudanças que ocorriam na economia, os processos de acumulação e suas crises, visando entender sua repercussão sobre as relações de trabalho e o regime salarial. Mas o trabalho está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Polanyi (1983) sustenta a tese de primazia das relações sociais sobre as econômicas, e o papel das grandes transformações que levaram ao predomínio do mercado sobre o mundo da vida. Nas sociedades *tradicionais*, no seio da pequena produção agroextrativista, o trabalho ainda exprime um caráter único, ou seja, reúne aos elementos técnicos e de gestão, o mágico, o ritual, o desejado, enfim, o imaginário coletivo recriado no mundo simbólico.

Inúmeros estudos desenvolvidos pela ecologia e pela etnoecologia sobre os ameríndios têm mostrado nas últimas décadas a diversidade e a extensão dos saberes e das técnicas desenvolvidas para apropriar-se de recursos do meio ambiente, adaptá-los a suas necessidades, produzindo suas formas singulares de existência.

3 – Padrões de ocupação e emergência de cidades transfronteiriças

O crescimento das cidades na Amazônia configura-se em três momentos principais que correspondem a três padrões de adensamento urbano, todos eles com forte intervenção do Estado. O **primeiro padrão** corresponde ao surgimento de núcleos urbanos desde o período colonial e posteriormente o surgimento de cidades, seguindo as calhas de rios, igarapés e lagos. Esse modelo foi altamente eficiente no processo de ocupação e conquista colonial de regiões distantes, incorporando as cabeceiras de rios (Tapajós, Tocantins, Xingu, Purus, Madeira, Trombetas, Negro, Branco etc...) e de postulação do domínio português. As cidades desempenharam funções distintas, como de defesa militar e comércio, mas relacionadas ao desafio de criar redes de exploração de recursos da floresta tais como as redes de fornecimento de drogas do sertão, de madeira, de produtos oriundos dos engenhos de açúcar, com fabricação de vários produtos, da cachaça ao açúcar, o peixe seco, as embarcações, etc... O **segundo padrão** de ocupação urbana corresponde ao período de

intensificação da exploração da borracha – modelo de expansão urbana que se dava igualmente seguindo as calhas dos rios e interiorizando via a ocupação de seus vales – base do *sistema de aviamento* - que se constituiu como rede de produção e fornecimento de bens e serviços religando os seringais localizados no interior da Amazônia. Acompanhava a calha do rio Amazonas desde o seu estuário próximo à Belém, penetrando por seus afluentes norte e sul, em direção ao oeste, chegando a atravessar as fronteiras de países vizinhos como a Bolívia e a Colômbia. Uma extensão inimaginável era atingida e religada pela rede de aviamento e exploração do trabalho nos seringais no interior da floresta. O **terceiro padrão** de ocupação urbana ocorreu a partir dos anos 1960, intensificando-se nos anos 1970 e 1980 com os programas governamentais de expansão da fronteira agrícola associados às estruturas urbanas – existentes e planejadas - para onde se dirigiam os investimentos públicos, se fortaleciam instituições e se concentrava a demanda de trabalho por parte de migrantes que chegavam em fluxos intensos e crescentes.

Um **quarto padrão**, não entendido de forma linear e cronológica, são aqui destacadas pela sua singularidade. São cidades surgidas nas fronteiras políticas entre países da Pan-Amazônia tiveram também origens diversas. Desde a ação colonial e os interesses dos estados nações, esse urbano já vinha se conformando diferentes países que compõem essa grande fronteira sulamericana. Algumas delas, de agrovilas ou assentamentos espontâneos tornaram-se sedes municipais. No entanto, em quase todas as cidades fronteiriças a composição étnica é um traço comum. A vida ali transcorre, há séculos, sob dinâmicas próprias, com organização das trocas materiais e simbólicas. Entender o urbano com suas singularidades exige compreender as lógicas estruturantes que fundam as relações sociais na fronteira. Entre essas lógicas estão inscritas na composição étnica e culturais dos grupos (SAHLIND, xxx) , que podem ser bem distintos e numerosos, e em relação, nas áreas urbanas aqui tratadas. Resulta assim um perfil bastante diferenciado de sua população. Como por exemplo, a concepção e as suas práticas de uso da terra e de apropriação fundiária.

Algumas delas mostram os traços da história da colonização, portuguesa e espanhola, encontrados nas narrativas documentais sobre a ocupação e a conquista colonial, de onde saltam os conflitos inter-étnicos sempre presentes na resistência indígena. Cidades antigas fundadas para se tornarem importantes apoios no processo de ocupação regional, pela infraestrutura que ofereciam e serviços, ainda que incipientes. Hoje são elos de confluência do mercado e da ação política de diferentes grupos que ali existem e que se conformam com identidades políticas, ao lado de outras surgidas mais recentemente.

4 - O lugar político e social das cidades

O território da Pan-Amazônia é compartilhado por oito países. Ocupa mais de 40% da superfície da América do Sul, com 7,5 milhões de quilômetros quadrados, habitados por 30 milhões de pessoas. Sabemos que no imaginário mundial é recorrente pensar na Amazônia como sinônimo de Brasil. Essa associação tem origem, entre outros, no fato de que 68% da bacia amazônica e das florestas tropicais se encontram no território brasileiro. Mas no Peru, dono de 13% da bacia, 74% do território é amazônico. Na Bolívia, conhecida mundo afora pelas belezas andinas, 75% das terras são amazônicas, representando 11,2% da bacia. Metade do território equatoriano é amazônico. Na Venezuela, 54% da superfície do Estado nacional correspondem a dois estados – Bolívar e Amazonas – na região amazônica.

O Brasil faz fronteira terrestre com 11 países, numa extensão de 15.719 km. No extremo norte, na região setentrional, o estado de Roraima tem 1.495 km de fronteira com a Venezuela e 1.606 km com a República da Guiana. A faixa de fronteiras no Brasil é formada por 150 km da linha de fronteira com outros países limítrofes, para o interior do país (BRASIL, 1988). Vários grupos indígenas encontram-se nessas áreas de fronteira, pois suas territorialidades ultrapassam as fronteiras nacionais, como os Tikuna, que se estendem por enorme território que atravessa o Brasil, a Colômbia e o Peru; os Yanomami, no Brasil e Venezuela, os Tucano e Desano que se distribuem em terras do Brasil e da Colômbia, ou ainda famílias dos índios Uaçá que se encontram nas margens do rio Oiapoque, no Brasil e na Guiana Francesa.

A "Grande Amazônia", que atravessa países, ecossistemas e abriga inúmeras culturas, passa atualmente por um acelerado processo de transformação econômica e social, com efeitos sobre a urbanização, do ponto de vista de indicadores demográficos e aparecimento de novos povoados e cidades. Observam-se dinâmicas urbanas diferentes, que tem a ver com a expansão econômica em direção à abertura de novas terras e a chegada de agentes econômicos com interesses distintos em relação às áreas de destino, dependendo do potencial de recursos naturais existentes. Esse processo verifica-se em todos os países, embora a intensidade seja diferente entre eles e tem a ver com a história da ocupação de cada um, de forte presença indígena, de culturas e de saberes multiétnicos. Esse é o ponto de partida do interesse maior no estudo dessas cidades.

As cidades de transfronteiras constituem assim referência social e política dos grupos étnicos que ali vivem e/ou circularam. Destacamos as cidades com forte presença indígena, como Boa Vista, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira e Letícia, para falar de áreas da Amazônia Setentrional.

A identidade indígena na cidade foi obscurecida e a sociedade moderna enuncia apenas o reconhecimento do "índio aldeado", do índio "na reserva" e na Terra Indígena. Porém, os processos de emergência de identidade vividos pelos indígenas constitui afirmação política como direito, e reconhecimento, do passado e da história. E por isso a identidade reivindicada contrapõem-se a aqueles "modelos". Desta feita, nas cidades de fronteira,

incluindo as cidades pré-colombianas, a relação entre etnicidade e urbanidade é recorrente. Observa-se a relação entre etnias com forte presença nessas cidades, que são fundamentalmente os lugares de encontro de nacionalidades, de povos e de línguas distintos (BAINES, 2004) e, justamente por isso, também de múltiplas territorialidades que se exprimem em redes de natureza distintas.

As relações sociais e econômicas na fronteira organizam-se em redes que funcionam com a mesma lógica, mas em um mercado predominantemente informal, clandestino, ilegal e diverso, que combina certamente o formal e o informal, o legal e o ilegal, de forma híbrida, como assinala Machado (2000). Contudo, o fundamento da análise distancia-se destes antagonismos ou oposições binárias, pois a dinâmica e a complexidade dessas redes respondem seguramente pela manutenção das estruturas nas relações de troca, o que fica bem explícito quando se analisam certos segmentos econômicos, como a pesca e a madeira. Notadamente vinculados a um mercado informal nas fases de captura (pescado) ou de extração (madeira), esses setores estão inseridos, ao mesmo tempo, no sistema de mercado regido por uma dinâmica globalizada.

As cidades amazônicas localizadas ao longo do rio Amazonas e afluentes são pontos nodais das redes de trocas comerciais que se estendem até as fronteiras transnacionais. Internamente, novos portos de grandes empresas transportadoras, como o Porto da Cargill, localizado em Santarém, operadora de um sistema complexo de escoamento de grãos através do rio Madeira e do Porto de Santarém para os Estados Unidos e Europa, religam também a Amazônia ao resto do mundo por redes técnicas sofisticadas e integração informacional, em tempo real de mercado. Para exemplificar, as empresas da antiga Zona Franca de Manaus, hoje Polo Industrial de Manaus/PIM, funcionam numa relação de tempo e de espaço globalizados, e sob modelo organizacional em rede, que segue os padrões e as normas de funcionamento do mercado global, pois a maior parte das empresas-mãe é estrangeira, multinacional. Grandes frigoríficos no Sudeste paraense e no *nortão* do Mato Grosso operam em tempo real no mercado de *commodities* sujeitos a mudanças bruscas, como também as empresas de pecuária e soja para falar de produtos agrícolas; a Companhia Vale do Rio Doce e a Petrobrás representam, na mineração, a vertente de *commodities* minerais do mercado global. Embora muitas vezes imperceptíveis, essas estratégias empresariais de conexão de mercados são expressões da complexidade de mundos de trabalho diversas, regulados por sistemas distintos – formais e informais –, traduzidos nas diferenças urbanas de renda, de inserção social, de acesso ao emprego e aos serviços e de qualidade de vida.

As fronteiras nacionais entre os Estados constituem, à luz da geopolítica, “zonas” de tensão e conflitos, ao mesmo tempo em que atendem objetivos de controle e vigilância das forças militares. Dos governos militares do último século às políticas do Estado na atualidade, as ações se abriram para acordos e convênios sob os regimes democráticos. Entretanto, é o poder dos estados que produz uma ordem que interfere sobre outras nações e povos, tais como os territórios administrativos. Frank e Cirino (2010) examinam processos de territorialização dos povos indígenas de Roraima no século XX, em “situação colonial” (ou neocolonial). No cerne está a caracterização desses Estados (neocoloniais) pela “sobreposição no seu interior de populações

culturalmente diversificadas”, sendo uma “população ‘nacional’ hegemônica, no geral, mas não necessariamente majoritária, da qual o próprio Estado constitui – em tese – o veículo de realização da sua ‘vontade política coletiva’, e outra(s), não estatal(is), isto é, com organização(ões) sociocultural(is) distinta(s) da organização sociocultural ‘estatal’ (FRANK; CIRINO, 2010, p, 13 e 14).

A compreensão de que as fronteiras não são espaços vazios tem sido a tese mais controversa na Pan-Amazônia. Formulada pelos Estados e por meios intelectuais envolvidos com consultorias, esta visão fundamenta o denominado vazio demográfico, a partir do qual se elaboram as políticas de integração física e econômica, especialmente por deter recursos estratégicos (mineração, água, biodiversidade). Os povos indígenas têm experimentado os reveses desta interpretação que procede a ignorar territorialidades e direitos (OCHOA, 2006; MARQUEZ, 2009)

As fronteiras são lugares de trocas materiais e simbólicos, de passagem, de desafios e de conquistas. Mas, especialmente são lugares da diversidade social e cultural. E, por isso, cabe lembrar que o território brasileiro é bem maior do que poderia ter sido caso as populações locais não avançassem para além dos limites legais definidos nos acordos bilaterais. Diversos litígios de limites com países vizinhos resultaram de lutas territoriais em pontos avançados da fronteira, obrigando à revisão dos acordos diplomáticos. Efetivamente, os desdobramentos dos conflitos por limites entre o Brasil (Estado do Acre), a Colômbia e o Peru; entre o Brasil e a Venezuela (Estado de Roraima); Brasil e Bolívia, e entre o Brasil e a Guiana Francesa (Estado do Amapá) acabaram por dar origem, não por acaso, aos territórios federais, como espaços de controle e de presença do Estado. Não foram diferentes as relações do Brasil com outros países nas faixas de fronteira, embora se observe apaziguamento dos acordos em vigência.

Tensões de fronteira sempre envolvem os atores que agem no território e os modos de apropriação e de comercialização dos recursos (UMBARILA, 2003; PALACIOS, 2005). As tensões nas fronteiras amazônicas entre o Brasil e a Venezuela foram motivadas nos anos 70 pela chegada de brasileiros interessados na exploração de madeira e na sua exportação para a Venezuela. Nos anos 80, tornaram-se mais tensas essas relações pelo avanço de frentes garimpeiras no rio Orinoco, palco de conflitos com os índios Yanomami (MONTROYA, 1989). Atualmente, há conflitos em inúmeros pontos da fronteira com a Venezuela e também com a Bolívia, a República da Guiana, a Guiana e o Suriname. Longe de recrudescerem, os conflitos étnicos atualizam-se, pois se interpõem com os grupos nativos, com outras frentes de atores e com mercados – arrozeiros, pecuaristas, sojeiros, empresas mineradoras e comerciantes. Há uma simultaneidade de dinâmicas similares nos diferentes estados da Amazônia. O exemplo da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol no extremo norte de Roraima, e que ganhou enorme visibilidade nacional e internacional, revela processos em curso generalizados. As fronteiras à altura das cidades de Oiapoque (Amapá) e de Bonfim (Roraima) registram,

na atualidade, conflitos entre índios e garimpeiros, agravados pelo afluxo demográfico e pelos novos atrativos da economia informal e/ou ilegal, que encontram nessas áreas oportunidades de crescimento.

A fronteira é um espaço da diversidade linguística, na qual as línguas oficiais, até o presente, têm sido as dos colonizadores: espanhol, português, francês, holandês, inglês, que não podem ignorar a força das línguas indígenas nessas áreas, que ao mesmo tempo ressignificam resistência da cultura, reafirmação do passado/presente e de suas raízes. Também é o lugar de controle dos estados nacionais e, em pontos determinados, esse controle do Estado moderno é realizado mediante carteira de identidade. Uma visão da diversidade resulta de comparação das tradições gastronômica; dos estilos e trocas musicais. Em diversos casos, estes não existem, absolutamente, barreiras físicas, como Letícia e Tabatinga; outras têm fortes interdições, como o acesso do Brasil à Guiana Francesa, embora no sentido contrário não seja o mesmo. O rio é quase sempre o caminho mais percorrido nessa imensidão, de acesso entre fronteiras ou para entrar nos meandros da floresta, através de braços, igarapés, furos etc.

No entanto, é incorreto pensar que as culturas não constroem barreiras de identidade e de pertencimento. A pesquisa procura entender essas dimensões das identidades e as formas de estigmas que circulam como elementos de distinção. As fronteiras são espaços cheios, no sentido de que entre fronteiras, possa se esboçar nas relações sociais um sentido de classe talvez menos forte que o de etnia – não sabemos; teria de se pensar mais nisso – em todo caso, as duas cidades são bem distintas. Letícia é capital da Amazônia Colombiana, e, por isso, o estado tem responsabilidade geoestratégica sobre ela. Existem burocracias, infraestrutura e saneamento básico, que não são vistos em Tabatinga –, uma cidade de comerciantes e pescadores (PALACIOS, 2009).

5 - Cidades da fronteira e conexões transnacionais

Letícia, Tabatinga e Benjamin Constant

As cidades de Tabatinga e Letícia estão localizadas na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, na zona alta da Bacia do rio Amazonas e contam as seguintes taxas de população urbana – Letícia com 26,310 habitantes e Tabatinga com 34,659 habitantes. Trata-se da maior concentração de cidades em faixa de fronteira na pan-Amazônia. Concentram uma série de serviços, encontrados somente a grandes distâncias, em cidades com melhor estrutura de serviços, no caso Manaus, Florença, Medellin ou Bogotá.

Letícia e Tabatinga têm experimentado um rápido processo de crescimento urbano nas três últimas décadas, resultante do deslocamento migratório de pessoas vindas de diferentes países, sobretudo Colômbia, Brasil e Peru, por motivações distintas, tanto em busca de oportunidades de emprego ou de atuação em outra atividade, mais notadamente em busca de terras e recursos para explorar. Igualmente, por serem áreas de fronteira, a presença institucional tem sido incentivada, sobretudo das polícias de fronteira e das forças armadas, com seus quartéis e instituições em ambos os países. Próximo a estas cidades encontramos Benjamin Constant, bem menor, com acesso em 15 minutos em voadeira (rabeta) a partir de Tabatinga, e faz fronteira com o Peru e Colômbia. Embora com crescimento populacional menor, experimenta também mudanças relevantes na vida social e econômica.

Nas cidades da tríplice fronteira – Brasil, Peru e Colômbia – há uma relação intensa entre as pessoas, que precisa ser considerada. Existem regras impondo limites para o comércio entre Letícia (na Colômbia) e Tabatinga (Brasil), mas não é tão fácil controlá-lo, porque existem famílias com parentes nos dois países, que falam as duas línguas, que estudam em ambos os lados. A cidade de Letícia, na prática, faz parte de Tabatinga, e o contrário também é verdadeiro, faz parte de um contínuo urbano. Ali se encontram várias línguas, o português, o espanhol, e as línguas indígenas, já que as cidades de fronteira são espaços demarcados por diversas etnias e suas culturas. Representa o espaço de troca, enquanto mercadorias que têm valor de uso e de troca, mas também de trocas simbólicas, de construção de alianças familiares, étnicas, de projetos, de resistência e de formas de conhecimento. Espaço, também, de troca de saberes, que estão nas mercadorias vendidas, trazidas das aldeias para as feiras dos sábados, que existem nessas cidades, de troca dos produtos eletrônicos, alimentares, vestuário, enfim, industrializados, que chegam nos barcos que vêm de Manaus ou de Medellín, de Santa Cruz de La Sierra, que descem pelo rio, no caso de Letícia, Tabatinga, Cruzeiro do Sul, São Gabriel da Cachoeira e outras; ou pela estrada, como as cidades do Oiapoque, Santa Elena de Uairén, Cobija, Guajara Mirim, Guayamiri e outras.

Oiapoque, Saint George

O Mercosul, a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e outros blocos regionais são espaços transnacionais e, nesse sentido, formados como lócus desterritorializado, mas que produzem identidades em redes, hierarquizadas. Essa capacidade de criar identidades dão sentido de se falar de territorialidade em rede. As informações sobre possibilidades migratórias em áreas de fronteira, ou para lugares no estrangeiro, por exemplo, circulam por redes, que podem ser orais ou virtuais, como a Internet, com extraordinária rapidez. Podemos falar de comunidades de migrantes com territorialidade em rede, como em áreas de fronteira no Oiapoque/Caiena.

Um contingente crescente de brasileiros busca, por exemplo, Caiena, na Guiana Francesa; Santa Helena, na Venezuela; Letícia, na Colômbia, Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia e Lethen, na República da Guiana. A emigração de brasileiros para a Guiana Francesa ocorre desde o início dos anos 80, no auge da construção das instalações da base espacial da cidade de Kourou, que se tornou uma opção para brasileiros desempregados que se dedicam a ofícios variados, porém pouco valorizados da hierarquia social, em particular trabalhando por conta própria, junto com migrantes de outras nacionalidades, dominicanos, haitianos, chineses, indianos e outros grupos étnicos que compõem a população *estrangeira* (AROUCK, 2003).

Organizações de trabalhadores e de grupos étnicos, desde os anos 80 do século passado se manifestaram em relação aos conflitos que eclodiam nas áreas de fronteira (BAINES, 2004). Mais recentemente, observam-se conflitos mais abertos, que também expressam o choque de frentes com interesses antagônicos, como o avanço de grupos garimpeiros e/ou empresas de mineração sobre terras indígenas. O garimpo no rio Oiapoque, em

terras guianenses, tem sido palco de confronto entre grupos de brasileiros da garimpagem com a *Gendarmerie Nationale*, responsável pela guarda e vigilância da fronteira na Guiana. A mídia nacional e internacional registrou amplamente conflitos entre índios e garimpeiros, ou ainda com madeireiros, nas fronteiras do Amapá com a Guiana Francesa, justamente onde se localizam várias Terras Indígenas e Unidades de Conservação, que acabam freando o mercado de terras, do Mato Grosso com a Bolívia, de Roraima com a Venezuela.

Banhada pelo oceano Atlântico na costa norte da América do Sul, a Guiana Francesa tem seus limites com o Amapá no rio Oiapoque, ao longo de 90.000 km. A dinâmica singular de fronteira faz parte do cotidiano das pessoas, com suas relações particulares com o território e as redes de troca que se espalham até os países do Caribe. As relações de comércio, em grande parte dentro de esquemas de informalidade, são mais eficazes do que se imagina. Interessam tanto às empresas estabelecidas nas capitais dos estados, quanto aquelas localizadas nas pequenas cidades da fronteira. Não é diferente em Bonfim (Brasil) e Lethen (Guiana), ou ainda em Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), pois essas cidades fazem parte das diferentes redes de troca que ligam mundos diferentes. Correa (1997, apud NOGUEIRA) considera que é necessário compreender “as redes e as interações espaciais nas quais Tabatinga está envolvida a partir de sua condição locacional, ou seja, *onde ela está*; é uma cidade na fronteira política, que a priori já coloca problemas em relação a diversos de fluxos” (2006), e sua conexão com outras cidades importantes devido à condição de estar em tríplice fronteira. Desta forma, constitui um eixo de relação entre cidades dos três países (Brasil, Colômbia e Peru), apesar da diferença de tamanho e de poder político e econômico, como as cidades de Mérida ou Bogotá na Colômbia com fluxos aéreos diários à Letícia, se religam à Lima ou Quito no Peru e a São Paulo, Cuiabá, Manaus, Belém, entre outras, no Brasil. Numa outra perspectiva, podemos dizer que cidades grandes como São Paulo, Brasília, Manaus, Belém e Macapá estão vinculadas pelas redes comerciais ou de trocas culturais, a povoados de garimpeiros, de agricultores ou a aldeias indígenas que circulam nesse espaço múltiplo – que é a cidade da fronteira. As trocas também ocorrem em redes globais, em Miami, Tóquio, Hong Kong, China e Tailândia, com mercados especializados e competitivos, como é o caso da Zona Franca de Manaus, que abastece tanto as Zonas de Livre Comércio espalhadas em áreas de fronteira, enquanto polo redistribuidor, como também através de redes informais, chega aos povoados e aldeias onde são comercializados tanto produtos materiais quanto imateriais.

Boa Vista, Santa Elena, Lethen

Em Roraima, as rodovias BR-174 e BR-210 foram construídas na década de 80. O traçado da Estrada Perimetral Norte, do Projeto Calha Norte atravessava todo o Norte do território amazônico, no sentido leste-oeste (NASCIMENTO, 2005). Trata-se de um espaço sob controle militar, enquanto área de segurança nacional. Nas fronteiras, encontramos várias pequenas cidades inseridas nas relações de comércio, demarcando os conflitos entre recém-chegados e grupos locais. As cidades, no lado brasileiro, Pacaraima e Bonfim, e, no lado da República da Guiana, Lethen, e outras de pequeno porte que se distribuem ao longo das estradas que dão acesso a Caracas (BR-174) e Georgetown (BR-401) estão interligadas às da fronteira pelas extensões das

mesmas redes de comércio. A cidade de Santa Elena de Uaiirén, pela proximidade com Manaus e Boa Vista, é de fato uma área intermédica e de trocas intensas entre esses países (RODRIGUES:2006).

Boa Vista adquire a sua configuração espacial atual a partir de 1970, quando foi objeto de um traçado urbanístico planejado durante o governo de Ene Garcez dos Reis, primeiro governador do Território Federal de Roraima (até 1962 Território Federal de Rio Branco). Avenidas largas e Boa Vista é a capital brasileira com maior população indígena. Em 2005 foi feito o cálculo de que 30.000 indígenas viviam na cidade. Este dado é atualizado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR). Este registrou o aumento de situações de conflitos entre indígenas e sociedade envolvente no processo litigioso de demarcação da T.I Raposa Serra do Sol.

Brasil e Venezuela têm revelado interesse de cooperação nas fronteiras, apesar de tensões que emergem com frequência entre as administrações localizadas nas fronteiras, a exemplo da restrição de compra de gasolina por brasileiros em Santa Elena, a não ser uma cota, freando assim o comércio clandestino de gasolina comprada muito barato e vendida em Boa Vista. Todavia, Santa Elena ainda não se firmou como um centro social e econômico importante dentro do país.

Conclusão

Muitos trabalhos sobre o urbano na Amazônia procuraram entender o processo de urbanização em relação ao avanço da fronteira, a partir dos anos 1970 e 1980, considerando dados demográficos, sobretudo o movimento de migração para áreas rurais e urbanas e categorias analíticas da teoria clássica da urbanização (tamanho das cidades, hierarquização e rede urbana). Realmente, é compreensível esse fascínio pela fronteira, onde as dinâmicas urbanas assumem uma conformação particular. Mas não se pode esquecer que o processo de urbanização recobre toda a Amazônia Legal, coerente à mesma lógica de expansão capitalista, a partir dos anos 1970, que incorpora e dinamiza conjuntamente as áreas novas e as de antiga ocupação. Não se pode concluir, pela ausência ou presença de urbanização, com base em dados de densidade demográfica e nem de vazios. A densidade populacional na Amazônia é muito menor do que em outras regiões do país, correspondendo a outro padrão de ocupação, e essa singularidade não pode ser entendida na razão linear e evolucionista

Seguindo a perspectiva teórico e metodológica adotada na pesquisa, procuramos mostrar, de forma crítica, o lugar das cidades em áreas transfronteiras. Examinou-se a constituição de redes globais, formas de agregação regional e a redefinição do papel das cidades em áreas de fronteira política (Brasil x Venezuela x Colômbia x Peru). Embora sem ser o objetivo principal os movimentos

econômicos pressionam os espaços do mundo étnico, e suas configurações simbólicas. Sobretudo devido às políticas e ações estatais para consolidar investimentos econômicos de natureza infraestrutural.

A conformação étnico-social confere situação de singularidade e as organizações políticas dos grupos étnicos organizados em redes supranacionais ressemantizam suas lutas, como verificado em particular nas duas últimas décadas, em vários países.

Compreender as dinâmicas produtivas em qualquer espaço requer pensar em escalas geográficas distintas, e dar conta dos agentes que nela atuam e suas motivações. Algumas novas empresas que se instalam, atuam numa escala global, atravessadas por uma série de coordenadas que se estendem globalmente através de redes que lhes garantem um sentido específico, que vai além de sua inserção no local. Na escala global, observa-se o aumento de deslocamentos e de circulação de pessoas, com forte migração entre países. No entanto, a escala global não dá conta do entendimento dessas empresas, sendo necessário analisar os fluxos e as escalas intermediárias de ação, que articulam outros agentes sociais que aliam a estas suas dinâmicas específicas. Isso porque a inserção em redes globais não significa exclusiva convergência global, mas ação em escalas distintas. A escala local é relevante; nela se inserem a experiência cultural, as heranças sobre processos de trabalho, a qualidade das instituições governamentais e educacionais, a integração familiar e étnica em grupos de sociabilidade, enfim, dimensões que entram no processo de produção e que são importantes para entender a dinâmica de integração nessas fronteiras, pois essas dimensões contam na experiência social cotidiana. Esses fluxos são importantes para se entender os complexos processos de globalização (Harvey (2001) e a necessidade de analisar o espaço desde os processos, os fluxos e as relações. Em outras palavras, é necessário dar conta da natureza das ações dos agentes envolvidos em redes, em fluxos e suas inserções nos campos distintos, na vida das cidades.

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa. **III FSPM em Ciudad Guayana, Venezuela: política e politização dos coletivos.** In: Terra urbana e territórios na Pan-Amazônia. Manaus, PNCS, 2009

- ALMEIDA, Alfredo W. A nova fisionomia étnica das cidades amazônicas. In: ACEVEDO, R e AMLEIDA, A. **Terra urbana e territórios na Pan-Amazônia**. Manaus, PNCS, 2009
- ALONSO, Sara e CASTRO, Edna – Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira – Os indígenas na cidade. In: CARDOSO, Ala Claudia (Org.) **O rural-urbano na Amazônia em perspectiva**. Belém, COMOVA/UFPA, 2006.
- BOURDIEU, P. **Raisons pratiques – sur la théorie de l’action**. Paris: Editions du Seuil, 1994
- CARDOSO, A. História como espetáculo: a missão da Companhia de Jesus nas águas do Xingu, 1636. In: SOUZA, C.M. e CARDOZO, A. (Orgs.) **Historia do Xingu**. Fronteiras, Espaço e Territorialidades (éculos XVII-XXI). Belém, EDUFPA, 2008
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas. In: CSTRO, Edna (Org.) **Cidades na Floresta**. São Paulo, Annablume, 2009.
- CHERUBUBI, Bernard. **Cayenne, ville créole et polyethnique**. Paris, Karthala-cenaddom, 1988
- CASTRO, E. Dinâmicas socioeconômicas e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 9, n. 1, jul. 2006.
- CASTRO, E. Tradição e Modernidade. A propósito de formas de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 1, dez. 1999.
- CASTELLS, M. *Sociedade em Rede*. São Paulo 1999
- DAVALOS, Pablo. *Pueblos indígenas, estado y democracia* (Org.) Buenos Aires, CLACSO, 2005.
- DUHRAM, Eunice R. – **A Caminho da Cidade**. São Paulo, Ed Zahar. 1981
- FOOT HARDMAN, F. **O Trem Fantasma**. A Modernidade da Selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo – **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, CLACSO, 2005.
- ESCOBAR, Arturo. **Territorios de la diferencia: lugar, movimientos, vida y redes**. Bogotá, Popayán. Envió Editores, 2010.
- HARVEY, David. **Spaces of capital: Toward a critical geography**. New York : Routledge, 2001.
- LEFEBVRE, H. **La production de l’espace**. Paris: Anthropos, 1974.
- LEONARDI, Vitor. **Fronteiras Amazônicas do Brasil: Saúde e História Social**. Brasília: Marco Zero, 2000.
- MACHADO, L. O. **Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia**. Belém: SBPC, 1983.

MARQUEZ, Juan Carlos. Mitu-Vaupés: historia e memória da origem de uma pequena cidade amazônica na Colômbia. In: CASTRO, Edna – **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

OCHOA Z, German, WOOD S, A; ZARATE B., Carlos – **Puerto Marino: El pueblo que se mira em el rio**. Bogota, ILSA, 2006.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **Oiapoque**: relações sociais e modos de vida na fronteira. Belém, NAEA/UFPA, 2008.

PALACIOS, Germán. Leticia y el corazón de Suramérica: una urbe en la Triple Frontera amazônica – In: CASTRO, Edna – **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

PALACIOS, Paulina. Construyendo la diferencia em La diferencia: mujeres indígenas y democracia plurinacional. In: DAVALOS, Pablo. **Pueblos indígenas, estado y democracia** (Org.) Buenos Aires, CLACSO, 2005.

POLANYI, M. **La grande transformation**: aux origines politiques et économiques de notre temps. Paris : Gallimard, 1983

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, maio/ago. 2006.

SILVA, Jose Maria. A Cidade de Oiapoque e as Relações Transnacionais na Fronteira Amapá- Guiana Francesa. **História Revista**, v.10, n. 2, p. 273-298, jul./dez.2005.

UMBARILA, Elizabeth R. **Organizando su espacio, construyendo su territorio**. Leticia/Bogota, Unibiblos, 2003

SIMMEL, G. **La tragédie de La culture**. Paris, Petite Bibliothèque Rivages, 1988.

SOUZA, J.; ÖELZE, B. (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB, 2005.

WEBER, M. Conceito e categoria de cidades. In: VELHO, O. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.